

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.182 - ES (2019/0355402-9)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : ALEXANDRE DA SILVA MORAES (PRESO)
ADVOGADO : FREDERICO POZZATTI DE SOUZA - ES019811
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ALEXANDRE DA SILVA MORAES – preso preventivamente pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal – contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (HC n. 0007498-90.2019.8.08.0000), que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 309):

EMENTA: HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. AUTORIA. NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. MATÉRIA DISCUTIDA NA AÇÃO PENAL. REQUISITOS DO ART. 312, CPP PRESENTES. ORDEM DENEGADA.

- 1. Para decretação da prisão preventiva basta a presença de indícios de autoria, sendo dispensada a certeza necessária para a condenação.*
- 2. A autoridade coatora fundamentou a decisão com base na necessidade de garantir a ordem pública, a aplicação da lei penal e a instrução processual. Outrossim, deve-se evidenciar o contexto do crime e das investigações policiais, apontando que o homicídio foi motivado por vingança na guerra do tráfico, bem como a existência de testemunhas anônimas com medo de represálias. Tais circunstâncias evidenciam a reprovabilidade acentuada da conduta imputada aos denunciados, a sua efetiva periculosidade, bem como a necessidade de garantir a instrução processual, revelando o "periculum libertatis". Precedente.*
- 3. O rito célere do habeas corpus pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, de forma que a inviabiliza a análise mais aprofundada acerca da autoria do delito, que será melhor discutida no cerne da ação penal.*
- 4. Ordem denegada.*

Nas razões do presente recurso, a defesa alega, em síntese, que a

Superior Tribunal de Justiça

prisão preventiva do paciente foi decretada exclusivamente com base em denúncia anônima, de modo que não estaria atendido o requisito legal referente à presença de indícios suficientes de autoria para a decretação da medida extrema.

Deixa claro que a petição do *habeas corpus* originário sequer ventilou sobre a idoneidade ou não da necessidade/fundamento/elemento da prisão preventiva (se foi para garantir a ordem pública, a aplicação da lei penal e a instrução processual) (e-STJ fl. 323), de modo que o objeto da irresignação é apenas a ausência de indícios suficientes de autoria do recorrente no delito a ele imputado na denúncia.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, diante da ausência de indícios suficientes de autoria, com expedição de alvará de soltura, ainda que com a aplicação de medidas cautelares alternativas.

É o relatório. **Decido.**

Verifica-se que o argumento defensivo quanto à ausência de indícios suficientes de autoria consiste, na verdade, em **alegação de inocência**, a qual não encontra espaço de análise na estreita via do *habeas corpus* ou do recurso ordinário, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária, por demandar exame do contexto fático-probatório, procedimento este com que é incompatível.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO CABÍVEL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. NÃO CONHECIMENTO. 1. A via eleita se revela inadequada para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, circunstância que impede o seu formal conhecimento. Precedentes. 2. O alegado constrangimento ilegal será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação ex officio, nos termos do artigo 654, § 2º, do Código de Processo Penal. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. FALTA DE PROVAS DA AUTORIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA

Superior Tribunal de Justiça

VIA ESTREITA DO MANDAMUS. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO ACÓRDÃO QUE MANTEVE A SENTENÇA CONDENATÓRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. 1. A alegada inocência do acusado é questão que demanda aprofundada análise do conjunto probatório produzido em juízo, providência vedada na via estreita do remédio constitucional, em razão do seu rito célere e desprovido de dilação probatória. 2. No processo penal brasileiro vigora o princípio do livre convencimento motivado, em que o julgador, desde que de forma fundamentada, pode decidir pela condenação, não cabendo na angusta via do habeas corpus o exame aprofundado de prova no intuito de reanalisar as razões e motivos pelos quais a instância ordinária formou convicção pela prolação de decisão repressiva em desfavor do paciente. 3. Habeas corpus não conhecido. (HC 313.998/RS, Relator Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 19/03/2015, DJe 31/03/2015).

Desse modo, como a defesa do recorrente se insurge tão somente contra um dos pressupostos da prisão preventiva, integrante do *fumus comissi delicti*, sem tecer considerações acerca dos fundamentos e requisitos da segregação cautelar, representativos do *periculum libertatis*, de forma intencional e explícita, entendo que o presente recurso não comporta conhecimento, pelas razões acima apresentadas.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator